

Em busca do dinheiro novo

NELSON DE OLIVEIRA
Da Editoria de Economia

A turnê pela Europa e Estados Unidos, que a equipe econômica do Governo, inicia a partir deste fim de semana, selará por meio de acordos formais, o novo relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional. A parte as assinaturas do acordo com os bancos privados e dos acordos bilaterais com as agências oficiais integrantes do Clube de Paris, a intenção do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, é transformar a viagem no primeiro lance para a redução do estoque da dívida externa total brasileira, estimada em 117,4 bilhões de dólares até o final de 1988.

No que Mailson da Nóbrega classificou de quarta etapa nas novas relações com o sistema financeiro mundial, está sendo preparado, com igual cuidado, o assédio às fontes de recursos privados e oficiais. Incluem-se aí os empréstimos (5,58 bilhões de dólares) que o Governo espera obter junto ao Fundo Naka-sone, do Japão. As três etapas já vencidas englobam os acertos com os bancos credores, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris.

Segundo Mailson da Nóbrega, a redução do estoque da dívida externa será possibilitada com o aprimoramento dos mecanismos de conversão de débitos em investimentos. Atualmente, podem ser convertidos débitos por meio de leilões (dívida vencida), por meio de pedidos ao Banco Central (a vencer) e informalmente (no vencimento), a operação que se realiza diretamente

entre credores e devedores. Estuda-se, ainda, um sistema de conversões para exportação, que não tem data para entrar em funcionamento. Na semana passada, anunciou-se a redução de 6,4 bilhões de dólares de dívidas este ano, através de conversões.

Um dos pontos importantes da viagem será a assinatura do acordo com os bancos privados, que ocorrerá tanto no dia 22 próximo, em Nova Iorque. Os acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris já estão em vigor, dispensando maiores formalidades, o que não deverá retirar a importância da presença brasileira na reunião anual do FMI, a ser aberta no próximo dia 27, em Berlim. Alemanha Ocidental, juntamente com o encontro anual do Banco Mundial (Bird). Muito embora, o acordo com o Clube de Paris esteja formalizado, falta ainda assinar acordos bilaterais com as agências oficiais de seguro de créditos para importação (Eximbank dos Estados Unidos e Japão e agências européias).

A primeira fase da turnê começou ontem (17) na Espanha, onde o presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões e o diretor da Área Externa do BC, Arnim Lore, participam de uma reunião com presidente de bancos centrais de vários países. Em seguida, Camões e Lore seguem para Paris para encontros com o Credit Lyonnais e Societé Generale, indo depois para Berlim. Nesta altura, dia 24 próximo, o ministro Mailson da Nóbrega já terá partido para os Estados Unidos, devendo chegar a Berlim a tempo para a reu-

nião do FMI.

ACORDOS

O acordo com os bancos credores envolve a aporte de 5,2 bilhões de dólares para a cobertura de parte dos juros devidos aos bancos comerciais entre 1987 e o primeiro semestre de 1989. O acordo a ser assinado nos próximos dias inclui também o reescalonamento da dívida externa com esses bancos vencida ou a vencer no período de 1987 a 1993 (63,6 bilhões de dólares, na versão do Governo brasilei-

De acordo em acordo, o Governo está a um passo do reencontro com a comunidade financeira mundial. Os acertos são bons na visão de Mailson e ruins segundo seus críticos, mas a esquerda não conseguiu barrar as negociações com os eternos credores.

ro e 61 bilhões de dólares na versão do Comitê Assessor dos bancos).

O refinanciamento dos juros estabelece que dos 5,2 bilhões de dólares, 750 milhões sejam liberados através de cofinanciamentos com o Banco Mundial; 2,850 bilhões através de financiamentos paralelos do Bird; 1 bilhão de dólares através de bônus de novos recursos e 600 milhões de dólares, em depósitos comerciais de médio prazo.

O desembolso desses recursos está previsto para ocorrer em três etapas. A primeira parcela, de quatro bilhões de dólares seria

liberada já no mês que vem; a segunda, de 600 milhões de dólares, em dezembro deste ano; e a terceira, igualmente de 600 milhões de dólares, no primeiro semestre de 1989. Nas três etapas, a liberação de recursos está vinculada, pelo menos de forma indireta, ao cumprimento das metas com o Fundo.

Destaca-se no acordo a taxa de juros (spread) válida para os recursos do refinanciamento de juros ("novos recursos"); dos bônus e para a dívida reescalona-da, que será de 13/16 por cento sobre a libor (taxa do mercado interbancário de Londres). Os bancos que aderiram ao acordo até dois de setembro último, obtiveram spreads mais elevados.

O reescalonamento dos 63,3 ou 61 bilhões de dólares será feito num prazo de 20 anos, com vencimento em 2007. Os pagamentos do principal da dívida reescalona-da começarão em 1995. Para qualquer um dos 700 bancos credores que quiserem abandonar esse barco, o acordo permite a troca de até 15 milhões de dólares em dívidas junto ao setor público brasileiro por bônus de saída (exit bonds).

Esses títulos já foram regulamentados através de Decreto-Lei pelo Presidente da República e terão uma taxa de juros fixa de seis por cento e resgate em 25 anos com dez de carência. Para os portadores dos papéis, o Governo brasileiro ainda ofereceu a possibilidade de câmbio por obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

FMI

O acordo com o Fundo Monetário Internacional,

do tipo Stand-by (sob condições), envolve um empréstimo de 1,5 bilhão de dólares e entrou automaticamente em vigor assim que o Brasil obteve a adesão de bancos no total de 95 por cento dos 5,2 bilhões acertados com os credores privados.

A primeira parcela liberada alcançou 490 milhões de dólares e serviu para cobrir um empréstimo-ponte de 500 milhões feito pelos bancos centrais dos países credores em junho passado. Possivelmente em novembro próximo, o Brasil receberá outra parcela, no valor de 40 milhões de dólares. O restante será em dividido em quatro parcelas de aproximadamente 243 milhões, cada.

CLUBE DE PARIS

Com o Clube de Paris, o Governo brasileiro acertou, no dia 29 de julho último, o reescalonamento de cerca de cinco bilhões de dólares — 1,3 bilhão de juros e 3,85 bilhões de principal — com período de vencimento entre janeiro de 1987 e março de 1990. No total, o Brasil deve cerca de 17 bilhões de dólares aos países credores membros do Clube de Paris.

A primeira parcela da parte refinanciada em julho último (170 milhões de dólares) ficou de ser paga em 1º de abril de 1990, provavelmente após a posse do próximo presidente da República. A segunda parcela vencerá em abril de 1991. Dá em diante, será aberto um intervalo até abril de 1995, quando começarão a ser quitados 3,5 bilhões de dólares. O último pagamento do acordo com o Clube de Paris deverá ser feito em 2005.